

Indicadores mostram consequências da crise

Aumentaram o número de famílias brasileiras na pobreza e a dificuldade para pagar o aluguel

Rio de Janeiro - Mais de um terço dos domicílios alugados no país compromete mais de 30% da renda domiciliar com o aluguel, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais divulgados ontem pelo IBGE. A parcela dos domicílios em situação de ônus excessivo com aluguel saltou de 24,3% em 2005 para 32% em 2015. Com uma parcela elevada da renda comprometida com o aluguel, fica mais difícil satisfazer outras necessidades da família.

Quando se considera todos os domicílios, subiu de 3,9% em 2005 para 5,7% em 2015 a fatia daqueles que comprometem mais de 30% da renda domiciliar com o aluguel. Como apontou o IBGE, "percebe-se que a proporção de domicílios com ônus excessivo com aluguel apresenta-

va tendência de queda entre 2005 e 2008, passando a se elevar desde então, tendência que se mantém tanto em períodos de crescimento da renda domiciliar per capita (como em 2012) como em períodos de contração (2015)".

Outro dado que escancara o impacto da crise nas famílias brasileiras é o que aponta que aumentou a proporção dos domicílios em situação de pobreza. Quase um quinto (18%) das crianças de 5 a 14 anos viviam em lares cujo rendimento mensal per capita era de até 25% do salário mínimo em 2015. Em 2014, esse percentual era de 15,9%. Ao mesmo tempo, entre as crianças de zero a 4 anos a proporção daquelas que viviam nesses domicílios era de 17,6% em 2015, ante 15,2% em 2014. (AOG)

Outros dados

Renda média dos trabalhadores



Carteira assinada
R\$ 2.195
Informal
R\$ 1.174

*NÚMEROS COLETADOS EM 2015

DESIGUALDADE SOCIAL

10% MAIS RICOS concentram **40,5%** do rendimento dos TRABALHADORES

40% MAIS POBRES ficam com **1,6%** da renda

ENVELHECIMENTO

O número de **IDOSOS** cresceu **46%** EM DEZ ANOS

11,7% da população brasileira é idosa

75,5 ANOS é a expectativa de vida no Brasil



Desigualdade de gênero

A pesquisa apontou ainda a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Em 2015, enquanto 6,2% dos homens empregados com 25 anos ou mais de idade eram gerentes ou diretores, apenas 4,7% das mulheres dessa faixa etária ocupavam cargos mais altos. A desigualdade salarial entre esse grupo de profissionais é bastante elevada, visto que as mulheres

nesta posição recebiam, em média, 68% do rendimento médio dos homens. Enquanto o salário médio dos homens em cargos de liderança era de R\$ 5,2 mil, o das mulheres era de R\$ 3,6 mil. Dez anos antes, em 2005, essa diferença era um pouco menor: o salário de chefes mulheres correspondia, em média, a 71% da remuneração dos homens.

CLÁUDIO HUMBERTO



Será recesso quando ação for devolvida

Encerra-se no dia 21, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) já estará em recesso, o prazo para que o ministro Dias Toffoli devolva ao plenário o pedido de vista que interrompeu o julgamento da arguição que pede a proibição, na linha sucessória da Presidência da República, de réus em ação penal. Ele pediu vista há um mês, mas só ontem recebeu o processo. Só agora começa a contar o prazo de 20 dias.

Com o relator

O processo estava com o relator, ministro Marco Aurélio (foto), que o liberou ontem, após o gabinete de Toffoli tornar pública a razão da demora.

Renan agradece



A demora de julgar a arguição (ADPF nº 402) foi determinante para livrar Renan Calheiros de ser destituído da presidência do Senado.

Silêncio

Recebido o processo tão logo pediu vista em 3 de novembro, Toffoli já o teria devolvido. E aguentou calado as críticas pela "demora".

Prazo máximo

O prazo para vista em processo é limitado a 10 dias, prorrogáveis por mais 10, segundo determina a resolução nº 278/03, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Registros

● A Câmara deve conceder a medalha do Mérito Legislativo a Juan Carlos Cuesta, presidente do Atlético Nacional, pela encantadora solidariedade colombiana ao Brasil, na tragédia da Chapecoense. ● Ao comentar o absurdo de criminalizar o aborto até o terceiro mês de gravidez, o ministro Luís Barroso (STF) lembra que o Estado não pode agir como se o útero da mulher estivesse a serviço da sociedade.

Mabel agiu sobre leniência

Ex-deputado do PMDB-GO e ex-fabricante de biscoitos e agora pretendente à vaga de Geddel Vieira Lima na Secretaria de Governo, Sandro Mabel (foto) se apresenta como defensor da pauta da Confederação Nacional da Indústria e, no setor produtivo, diz ser assessor de Michel Temer. Fez dupla com o líder do governo, André Moura (PSC-SE), tentando aprovar projeto afastando órgãos de controle dos acordos de leniência com empresas que se lucupletaram da corrupção.



Sem controle

A dupla queria manter Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Advocacia Geral da União longe da negociação dos acordos.

Estranha criação

Acordos de leniência foram inventados para preservar empresas cujos donos ficaram ainda mais ricos na safadeza dos governos Lula e Dilma.



MAIS NOTÍCIAS

Salário parcelado - O governo do Estado creditou, no fim da tarde de ontem, mais 350 reais na conta dos servidores do Poder Executivo, referentes aos salários de novembro. Com esta parcela, chega a R\$ 2,5 mil o valor pago, o que significa pagamento integral para 57,74% do funcionalismo. O total líquido da folha de novembro foi de R\$ 1,03 bilhão, segundo publicou o governo estadual em seu site. A previsão da Secretaria da Fazenda é que os valores estejam integralmente quitados até o dia 13 de dezembro. Também ontem, o governo pagou, na íntegra, o salário dos funcionários celetistas das fundações do Estado.



LOTÉRIAS

QUINA

05 06 16 53 61

Concurso 4248

LOTOMANIA

07 08 11 18 23

25 26 34 38 40

42 43 51 58 70

72 85 93 94 97

Concurso 1715

LOTOFÁCIL

01 02 03 05 07

08 09 10 11 12

14 15 16 17 24

Concurso 1443

Resultados do site www.caixa.gov.br

Todos executivos da Odebrecht assinam acordo de delação

Curitiba - Todos os 77 executivos da Odebrecht assinaram os acordos de delação premiada entre quinta-feira e ontem, segundo fontes ligadas a Lava Jato. A maioria dos acordos foi fechada na Procuradoria-Geral da República (PGR) em Curitiba. Os depoimentos devem começar a ser prestados nos próximos dias.

Advogados ligados ao caso dizem que as informações prestadas para o fechamento dos acordos são "quentes" e devem envolver o nome de dezenas de políticos do cenário nacional. Os depoimentos são aguardados com apreensão no meio político. A expectativa é que mais de uma centena de nomes ligados a partidos da situação e da oposição sejam citados pelos empresários.

Entre os executivos que finalizaram o acordo de delação está Pedro Novis, ex-diretor da empreiteira entre 2002 e 2009. Ele sucedeu a Emílio Odebrecht no comando da empresa e depois passou o bastão a Marcelo Odebrecht. Com isso, todos os líderes do grupo entre 1991 e 2015, que tiveram conhecimento sobre os atos da empresa, irão a colaborar com a Justiça. (AOG)

Demora do STF pode beneficiar Renan Calheiros

Brasília - O ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo que definirá se réus podem ocupar cargos da linha sucessória da Presidência da República, encaminhou ontem os autos para o gabinete do colega Dias Toffoli, que pediu vista do caso há um mês. A providência foi tomada depois que Toffoli divulgou nota declarando que não excedeu o prazo de vista, diante de cobranças de que ele estaria demorando para devolver o processo ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para a continuidade do julgamento. A lentidão no andamento do processo deve beneficiar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Depois que recebeu o processo, Toffoli informou o início do prazo de vista, que se estende até 21 de dezembro, segunda regra do Regimento Interno.

O recesso do STF começa no dia 20 e vai até fevereiro. Portanto, se Toffoli quiser usar todo o prazo regimental, não vai dar tempo de julgar o caso ainda em 2016. O processo deve ser pautado somente a partir de fevereiro, quando o mandato de Renan na presidência do Senado já estiver terminado. Portanto, mesmo que o STF proíba réus de ocupar cargos da linha sucessória, a regra não será aplicada a Renan. Ontem, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, defendeu o afastamento imediato de Renan da presidência do Senado. (AOG)